

O IMPERADOR JULIANO ENTRE A FILOSOFIA NEOPLATÔNICA E A ARTE MILITAR

THE EMPEROR JULIAN BETWEEN THE NEOPLATONIC PHILOSOPHY AND THE ART OF WAR

Margarida Maria de Carvalho

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/Franca

Correspondência:

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História.
Av Eufrásia Monteiro Petrágia, 900 – Centro - 14409-160 - Franca, SP
E-mail: margomc@terra.com.br

Resumo

Juliano, *Caesar* e *Augustus* no período de 355 a 363 d.C. no Império Romano, participou como general de duas importantes batalhas no contexto político-militar do século IV d.C. As atividades militares desse Imperador são muito pouco exploradas pela historiografia da Antiguidade Tardia. O objetivo deste artigo é mostrar a possibilidade da relação existente entre a concepção neoplatônica de Juliano e suas práticas militares o que teria facilitado as negociações desse Imperador com os bárbaros dentro do Exército Romano do século IV d.C.

Palavras-chave: Imperador Juliano; Neoplatonismo; Guerra.

Abstract

Julian, *Caesar* and *Augustus* in the period of 355-363 A.D. in the Roman Empire, fight as a general in two important battles which happened in the middle of the fourth century. Seldom have we found something about this subject in the historiography. The aim of this article is to show the possibility of the relation between the neoplatonism of Julian and his military activities. This kind of relation became easier the negotiations of this Emperor with the barbarian in the Roman Army.

Keywords: Emperor Julian; Neoplatonism; War.

Introdução

Neste artigo, gostaria de abordar algumas ideias iniciais e, também, algumas hipóteses centrais sobre o tema de meu projeto atual de pesquisa: *Juliano, chefe de guerra: Práticas Militares como Caesar e Augustus em um cenário de barbarização do exército romano do século IV d.C.*

Quando o objeto do trabalho trata de uma discussão que se remete a aspectos religiosos ou filosóficos, no século IV d.C., faz-se necessário esclarecer que estou me referindo a uma dimensão político-cultural. Rechaço, dessa forma, a ideia de conflitos puramente religiosos e/ou filosóficos como cristianismo *versus* paganismo ou o ocorrido entre os pensamentos dos filósofos ditos pagãos. Os pensamentos dos arrazoados construídos nesse período se revestem de um aparato político porque quando desvelados, em sua maioria, referem-se à figura do Imperador e a uma preocupação latente que é sobre a unidade imperial romana. Não se pode esquecer que há no cenário dessa época, no nível interno, uma série de usurpações, todas sufocadas pelos sucessivos governos imperiais e, no nível externo, a assídua ameaça às fronteiras do Império, pelos chamados povos bárbaros. Conseqüentemente, as discussões sobre o caráter monárquico ou o conceito de realeza serão inerentes aos intelectuais da época. Não fugirão a essa regra o filósofo não-cristão Temístio e o Imperador neoplatônico, Juliano. Digo que as discussões são culturais devido ao seguinte fator: se o termo *cultura* significar no sentido *stricto sensu* um sistema de atitudes, modos de pensar e de agir de acordo com costumes e instituições, valores espirituais e materiais de uma dada sociedade, os discursos poderão ser incluídos, perfeitamente, no âmbito cultural. Nesse sentido é que afirmo serem os conflitos político-culturais.

Outro aspecto que corrobora essa ideia é que a tolerância entre não cristãos e cristãos, na época anunciada, é bastante elástica. Gilbert Dragon¹(1968, 1-2) anuncia o fato já em 1968. Mais tarde, a historiadora Polymnia Athanassiadi² relatará que no século IV existia, entre o cristianismo e o paganismo, um extensivo *no men's land* onde os intelectuais poderiam ser pegos de surpresa caindo nas armadilhas da indefinição. Assim reporta ao leitor alguns exemplos: Hecebólio, figura contraditória em sua relação com o Imperador Juliano, Pegásio que teria sido um bispo cristão sob o governo de Constâncio II e depois um partícipe do clero não-cristão do Príncipe Juliano, Sinésio e sua polêmica e tardia conversão ao cristianismo e, finalmente, Temístio, filósofo defensor do Helenismo, que terá entrada permanente na corte imperial de Constâncio II a Teodósio I. Também, o historiador espanhol Javier Arce³ preocupou-se em de-

¹ DRAGON, Gilbert. L'Empire Romain d'Orient au IV^eme Siècle et les Traditions Politiques de l'Hellénisme. *Le Temoignage de Thémistios. Travaux et Mémoires de Centre de Recherches de l'Histoire et Civilisation Byzantines*. Vol. 3, p. 1-242, 1968.

² ATHANASSADI, Polymnia. *Julian. An Intellectual Biography*. London, New York: Routledge 1992a, p.28.

³ ARCE, Javier. Los Cambios en la Administracion Imperial y Provincial con el Emperador Fl. Cl. (362-363) *Juliano. Hispania antiqua: revista de historia antiga*. Valladolid, vol. 6, p. 208-220, 1976.

monstrar personagens da administração imperial que, no período do governo do Imperador Juliano, aderiram a sua apostasia e outros que se mantiveram adeptos do cristianismo sem serem ameaçados pelo referido Imperador, contrariando a tese tão presente na historiografia cristã da época que dizia ser Juliano um implacável perseguidor dos cristãos⁴.

A filosofia, portanto, possui uma valorização que ocupa um lugar básico no sistema político de Juliano. O estudo da filosofia não seria outra coisa, senão o estudo da virtude, máxima aspiração do homem, logo, Juliano faz uma aproximação íntima dos conceitos de filosofia e virtude. Assim, desse pensamento ilustrativo, extrai-se a utilidade social e moral da filosofia como instrumento adequado para a superação de problemas internos e externos indicando um dos pensamentos mais interessantes de seu sistema político: a relação estabelecida entre filosofia e sociedade em seus diversos graus e da filosofia e o Estado. Essa concepção está diretamente relacionada com o seu papel de *Princeps*.

O Imperador como chefe de Estado deve estar imbuído de uma educação especial e se suprir da filosofia, isto é, da virtude, qualidade máxima que distingue o rei do tirano. O Príncipe dotado de conhecimento filosófico, ou tendo uma boa educação saberá resolver os problemas administrativos internos ao governo e seus problemas externos como, por exemplo, como lidar com os bárbaros⁵.

Articulado a todos esses pressupostos, há outro sentimento que todo *Princeps* deveria ter: a filantropia, uma virtude intimamente ligada à divindade. Tal virtude resumiria todas as qualidades de um ser humano, em especial do Imperador, e deveria ser um ponto de interseção entre o Imperador e a divindade⁶.

O Imperador Juliano e a Discussão em torno do Conceito de Realeza

Nesse item haverá algumas referências à Carta a Temístio, documento escrito pelo Príncipe filósofo Juliano em resposta ao panegírico de Temístio a ele dedicado que não chegou aos dias atuais.

Será interessante descrever sobre a Teologia Política de Juliano. Para se compreender o sentido de teologia política em Juliano é necessário entender o seu helemnismo e, conseqüentemente, a sua Paideia ou sua educação ou, ainda, sua formação filosófica. Articulada a esse conjunto de fatores está também a sua concepção de Rea-

⁴ Vide as inventivas de Gregório Nazianzeno intituladas em seu conjunto de *Contra Juliano*. GRÉGOIRE DE NAZIANZE. *Contre Julien*. Discours 4 e 5. Introduction, texte établi et notes para Jean Bernardi. Paris: Les Éditions du Cerf, 1983.

⁵ DOWNEY, Glanville. Themistius and the Defense of Hellenism in the Fourth Century. *Harvard Theological Review*. Vol. 50, p.259-274, 1957; SAYAS, J.J. Aportaciones de Temístio a determinados problemas imperiales. *Hispania Antiqua*. Vol. II, p. 35-54, 1972.

⁶ SILVA, Gilvan Ventura da. *Reis, Santos e Feiticeiros. Constância II e os Fundamentos Místicos da Basileia*. Vitória: Edufes, 2003, p. 109.

leza. Logo, em minha opinião, o conceito de Realeza em Juliano, extremamente vinculado à sua concepção de Paideia, deve comportar uma avaliação política das ideias neoplatônicas. Sua noção é proveniente do contexto político-cultural de sua época e distingue-se das bases filosóficas do cristianismo e da teocracia temistianiana. Seu heilenismo foi muito mais complexo do que até então o Império Romano tinha conhecido. Por conseguinte, o desejo de Juliano não era exatamente uma volta pura e simples ao paganismo do período de Trajano e Marco Aurélio. De fato, a leitura de um discurso desse Imperador denominado *Os Césares* (317C – 338D) pode nos remeter a tal ideia. Nele, Juliano descreve um jantar que os Imperadores romanos, desde Augusto, teriam com os Deuses. Juliano realiza inúmeras críticas a vários imperadores, fundamentalmente, aos cristãos, como Constantino e Constâncio II. No arrazoado, todos os imperadores eram interrogados pelos Deuses, mas somente Marco Aurélio se saiu bem e é louvado a todo instante por Juliano.

O *Princeps* filósofo apresentou aquilo que ele mais valorizava na figura do governante: a relação direta do Imperador com os Deuses e a meta de atingir o ponto máximo da perfeição ao levar uma conduta quase divina. O bom governante, ou seja, o filósofo especial, deveria sentir a essência divina dentro dele. Juliano seguiu os ensinamentos de Jâmblico ao relatar que o conhecimento de Deus não se dá entre os homens por aprendizagem e sim por natureza⁷.

Com esse pensamento, pode-se perceber que o homem não-cristão da sociedade romana tardia – o filósofo neoplatônico – considerava-se superior aos outros, em especial, aos cristãos. Mais uma vez, em *Contra os Galileos*⁸, Juliano afirmou o quanto era inútil render culto ao Deus cristão, pois:

[...] com efeito ele não se ocupa de nossas vidas, nem de nosso bom governo, nem de nossas instituições políticas. Convém, todavia, que receba honras de nossa parte? Em absoluto⁹.

Somente o filósofo governante afinado com os Deuses poderia velar pelo bom governo. As virtudes alcançadas pelos neoplatônicos eram as mais especiais. Nesse sentido, segundo o próprio Juliano:

[...] Graças aos nossos estudos todo homem pode superar-se a si mesmo ainda que esteja totalmente desprovido de qualidades naturais; mas, um homem bem dotado pela natureza e que tem recebido a educação de nossos ensinamentos - um dom dado sensivelmente pelos Deuses - aplica-se à luz do conhecimento, torna-se intérprete de algum tipo de consti-

⁷ JULIANO. *Contra los Galileos. Cartas y Fragmentos. Testimonios. Leyes*. Introducción, traducción y notas por José García Blanco y Pilar Gimenez Gazapo. Madrid: Editorial Gredos, 1982, 52 B.

⁸ Vale lembrar que *Contra os Galileos* ou *Contra os Cristãos* foi redigido logo após o conflito de Juliano com os Curiais de Antioquia.

⁹ *Op. cit.*, 52 B.

tuição ou coloca em fuga numerosos inimigos, ou conquista uma grande extensão de terra ou de mar e por isto mostra-se um homem heroico¹⁰.

Como podemos observar pelo excerto supracitado, seu helenismo, ou seja, seu neoplatonismo era formado por elementos muito heterogêneos. Juliano, sem dúvidas, bastante influenciado por Platão concebia *Paideia* como um longo processo no qual os homens, individualmente, teriam que se ater a um objetivo de perfeição, o qual Juliano identificou com *episteme*. Desse modo a *episteme* significa para ele a salvação da alma. Em termos político-culturais, ela coincide com a aquisição de um conhecimento exato que expressa a felicidade do Estado e só um governante com suas características poderia realizar tal empresa.

A felicidade do Estado só ocorreria com o fortalecimento das fronteiras que seriam preservadas pelo exército. A noção de indivíduo e de cidadão precisava ser recuperada e ainda, de acordo com o Imperador, deveria ser enrijecida com sua participação ativa no campo de batalha. Sendo assim, o treinamento dos soldados deveria garantir as táticas e as estratégias bélicas raciocinadas pelo chefe de guerra.

Com essa explanação, discordo de Frances Dvornik¹¹ quando este afirma que o modelo de Realeza em Juliano localiza-se num movimento reacionário. O Imperador se inspiraria, totalmente, no modelo de Realeza do Principado Romano. Minha opinião vai ao encontro do esclarecimento de Isabela Labriolla¹² quando afirma que Dvornik não respeitou a abstração da imagem que Juliano fez da Realeza, pois o Imperador jamais teria se inspirado nas fontes das teorias políticas helenísticas: para ela seria muito brusco o corte que Dvornik reconhece entre a monarquia divina de Constantino e Constâncio II e a reação de Juliano.

Como se pode observar, a figura do Imperador Juliano é bastante complexa e sua obra não foi somente uma tentativa falida de “restauração do paganismo”, senão aquela que lançou as bases de uma filosofia política coadunada a uma teologia que fundamenta a elaboração de uma teoria política sobre a *basileia*¹³. Como um personagem político possuidor de uma cultura filosófica, Juliano elabora uma nova relação com os cidadãos romanos numa atmosfera política em que os habitantes do Império não deveriam ser vistos como súditos. Tal concepção muito o influenciou ao lidar de forma análoga com os soldados bárbaros ingressantes no exército romano da época.

¹⁰ JULIANO. *Contra os Galileos. Cartas y Fragmentos. Testimonios. Leyes*. Introducción, traducción y notas por José García Blanco y Pilar Gimenez Gazapo. Madrid: Editorial Gredos, 1982, 229 B .

¹¹ DVORNICK, Francis. The Emperor Julian's Reactionary Ideas on Kingship. In: *Late Classical and medieval Studies in honor of Alliert Mathias Friend Jr.* Princeton University Press, 1955, p.71-81.

¹² LABRIOLA, Isabela. In Margine al Secondo Panegirico a Costanzo. In Giuliano Imperatore. *Atti del Convengo della S.I.S.A.C* , Bruno Gentile (ed.), 121-126, Urbino, Edizioni Quattro Venti di Anna Veronesi, 1986, p.123.

¹³ HIDALGO de LA VEGA, Maria José. *El Intelectual , la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2005, p.227.

Tal Príncipe também valoriza as raízes da cultura clássica, redimensionando-a e atualizando-a, pois seus valores recebem novos aditivos como a influência dos mistérios orientais. É a tentativa de lapidação de um homem novo imbuído dos valores filosóficos de Plotino, Porfírio e Jâmblico, sendo esse último o que mais influenciou o pensamento de Juliano, já que o mesmo escreveu sobre a relação entre a filosofia e a guerra. Logo, o neoplatonismo de Juliano é imbuído não somente dos valores da filosofia clássica de Platão e Aristóteles, como também, está voltado a cultos de mistérios e práticas ocultas. Todos esses elementos estão intrincados à noção de *civitas* de Juliano que, por sua vez, definirá sua relação com aqueles que pertencem ou irão pertencer ao Exército Romano. Tais indícios políticos de sua filosofia indicam uma visão diferenciada daqueles governantes simpáticos ao cristianismo. Percebe-se, então, que havia na época duas visões de mundo diferentes sobre a integração e manutenção das fronteiras do Império Romano.

Sobre integração do Império Romano e suas fronteiras, concordamos com Norberto Luiz Guarinello quando define que a fronteira é:

Um lugar de passagem, um campo de negociação, um espaço de ação, um definidor dos grupos em ação. [...]. É no jogo de negociações ao longo dessas fronteiras que a ordem se reproduz e se altera.¹⁴

A partir dessa concepção de fronteira supracitada, a negociação em Juliano pode adquirir para mim um sentido duplo. Da mesma forma que pude associar filosofia à guerra no pensamento bélico de Juliano, penso ser fundamental associar, igualmente, seu conceito de realeza às suas negociações romano-bárbaras.

Em Carta a Temístio, Juliano faz uma reflexão filosófica acerca da Realeza, sua ligação com a vontade divina e uma tentativa de definir o governante ideal. Configura-se como um manifesto político onde Juliano atribui ao seu conteúdo um significado intelectual e preciso de atuação. Sendo assim, Juliano argumenta com Temístio:

Para mim a tarefa de governar está além dos poderes do homem [...]. Aristóteles dizia: “Parece que aquele que anuncia o governo da razão está realmente preferindo o governo de Deus e das leis, mas aquele que anuncia o governo do homem está acrescentando um elemento rude à ideia de governo. O desejo é uma besta selvagem e a paixão perverte até mesmo o melhor dos homens [...]. A lei é a razão isenta do desejo [...] você pode ver que o filósofo parece, claramente, desconfiar e condenar a natureza humana¹⁵.

¹⁴ GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare Nostrum*, São Paulo, v.1, 2010, p.113.

¹⁵ JULIANO. *Carta a Temístio*. In Cartas y Fragmentos. Testimonios. Leyes. Introducción, traducción y notas por José Garcia Blanco y Pilar Gimenez Gazapo. Madrid: Editorial Gredos, 1982, 260 D, 261 A-B-C.

O Imperador Juliano demonstra que é totalmente contrário à ideia do soberano como lei viva, isto é, à ideia de teocracia e de poder absoluto proclamados na época constantiniana. Assim sendo, Juliano em sua filosofia rechaça o título de *dominus*, ou aquele que detinha a verdade, pois, dessa forma, não caberia espaços às suas negociações.

Transformações e Negociações no século IV d.C.

O século IV d.C. é marcado por transformações de grande envergadura que se iniciaram no período do Imperador Galieno, na segunda metade do século III d.C. Uma das mais significativas foi a força elástica incrementada por Diocleciano e, principalmente, por Constantino gerando, conseqüentemente, o aumento considerável do efetivo militar. Para tanto, o Império Romano teve que absorver, de uma forma crescente – a partir do século II d.C.¹⁶ - soldados bárbaros no Exército¹⁷.

O Exército Militar Romano era a espinha dorsal do Império enquanto que a logística e o recrutamento eram o que garantiam a sobrevivência do corpo bélico. Para que essa logística e recrutamento fossem assegurados, era essencial um intenso conhecimento de fundamentos estratégicos. No caso de Juliano, penso que sua habilidade estratégica foi elaborada através de sua experiência educacional, incluindo aqui sua prática filosófica, pois esse personagem teria saído direto da escola filosófica de Atenas em 355 d.C. para chefiar, enquanto *Caesar* do Imperador, legiões romanas contra os Francos e Alamanos na Gália a mando de seu primo, o Imperador Constâncio II. Tal batalha foi executada com grande sucesso causando até uma aclamação, por parte dos soldados, para que Juliano fosse o novo governante do Império Romano.

Em 361 d.C., após a morte de Constâncio II, Juliano tornou-se o Imperador e, a partir daí, começou a planejar a batalha contra os Persas. Diferentemente de seu primeiro embate ocorrido na Gália, imposto por seu primo Constâncio II, a batalha contra os Persas estaria inserida numa tradição de lutas de imperadores romanos, anteriores a Juliano, contra os Persas. Foi da escolha do príncipe filósofo continuar com essa tradição que, no entanto, lhe causou a morte em um dos campos de batalha contra tais inimigos.

Percebe-se, portanto, algumas diferenças cruciais existentes entre as duas ações bélicas de Juliano: surpreendentemente, na primeira, o *Caesar* saiu exultante e vitorioso conseguindo aumentar o efetivo de suas tropas, abastecê-las e pacificar toda a região da Gália pertencente ao Império Romano. O curioso é que, como já foi citado, essa batalha lhe foi imposta. Já o segundo confronto estava no âmbito de sua escolha; sentia-se mais preparado militarmente, entretanto morreu em campo de batalha. Daí termos o objetivo de comparar suas práticas militares e investigar os motivos do sucesso de uma e do fracasso de outra. Sem se esquecer que tais atitudes guerreiras poderiam

¹⁶ CARRIÉ, Jean-Michel. Armée Romaine Tardive dans quelques travaux récents. 3e Partie. Fournitures Militaires, Recrutement et Archéologie des fortifications. *Antiquité Tardive* 10, 2002, p. 371 -372.

¹⁷ FERRIL, Arthur. *A queda do Império Romano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, p.33.

estar vinculadas à sua ideologia político-filosófica e a sua noção de negociação com os bárbaros como príncipe filósofo.

Em tempo, penso que se pode definir a ideologia político-filosófica de Juliano como o conjunto articulado de idéias, valores, opiniões e crenças¹⁸ que o imperador possuía acerca das esferas política, social, militar e filosófica que se entrecruzavam. Tal entrelaçamento de valores formou um conjunto harmonioso conferindo unidade aos seus objetivos, como, por exemplo, na construção das estratégias militares e na formação de um exército híbrido contendo bárbaros recrutáveis e romanos.

Não tenho dúvidas de que Juliano encontrou o Exército Romano, em um momento em que o assume como *Caesar* de Constâncio II, com algumas regras estabelecidas, como, por exemplo, a instituição da *annona militaris*. Porém, creio que ele tenha introduzido algumas mudanças para o aperfeiçoamento das regras militares, fruto de suas práticas neoplatônicas: seu conceito de filantropia que poderia estar relacionado a sua preocupação exacerbada com o abastecimento do trigo para as tropas militares e outras inquietações mostradas em suas cartas escritas na Gália e em Antioquia.

Temos que praticar acima de tudo a filantropia, pois muitos outros bens a seguem e, sobretudo, o maior e mais excelente: a benevolência dos Deuses [...]. Acreditamos que por natureza a divindade filantrópica preferirá os homens filantrópicos. A filantropia é múltipla e diversa: consiste às vezes, em castigar os homens com moderação; ao serem castigados tornar-se-ão melhores do que já são [...] às vezes consiste em separar as necessidades como fazem os Deuses com as nossas [...]. Temos que compartilhar os bens com todos os homens, mas com os bons de forma mais liberal e com aqueles que não possuem recursos; aos pobres devemos dar tudo que baste às suas necessidades [...].¹⁹

No que diz respeito a *Annona*, nós não temos uma única palavra para traduzir tal conceito, tão importante para o Exército Romano e a sociedade de então. Conceito este que os pesquisadores traduziram baseados em uma compreensão capitalista de abastecimento, implicando um local de mercado, isto é, utilizando-se de pressupostos basicamente econômicos.

Para os antiquistas atuais preocupados com as especificidades do mundo antigo romano, *annona* significa, precisamente, provisões e abastecimento *per se*. Assim, *Annona* é, ao mesmo tempo, abastecimento de grãos e meios de subsistências em geral, não podendo implicar em compra e requisições. Na realidade, *Annona*, refere-se à “produção anual” não apenas de grãos²⁰ (Cf. Vegetius, Epi. 3,3: frumentum, ceteraeque, annonariae species). Nas palavras de Vegécio, autor do século IV d.C.:

¹⁸ BONNAFOUS, Simone. Idéologie. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire D'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, 2002, p.300-303.

¹⁹ JULIANO, Carta n.19, escrita em Antioquia endereçada a um sacerdote.

²⁰ Cf. FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Margarida Maria de. Estratégia e Abastecimento Militares em Amiano Marcelino (Século IV d.C.). In: CARVALHO, M.M.de; LOPES, M.A.de S.; MOURA, D.A.S. de. *Consumo e Abastecimento na História*. São Paulo: Alameda 2011, pp.73-88.

Do cuidado que se deve ter com o aprovisionamento e a conservação de forragens e cereais.

Chegou a altura de mencionar as provisões de forragem e cereais, porque os exércitos são destruídos de forma mais célere pela fome do que pelas batalhas; a fome é um inimigo mais cruel do que a espada [...]. Em qualquer expedição, a arma mais eficaz é fazer com que sobre vivêres no nosso exército quando escasseiam no inimigo. Antes do início da guerra, deve-se avaliar a quantidade de provisões e dos seus gastos previstos, de tal forma que se possa de antemão tratar da forragem, do cereal, e dos restantes abastecimentos requisitados às províncias [...]. Se não houver possibilidade de contribuição em gêneros, deve ser efetuado em dinheiro, para que depois o exército tenha condições para assegurar a proteção de todos os bens da comunidade [...].²¹

No período do autor supracitado, entendo *Annona* como o abastecimento requisitado às províncias, ou seja, o imposto pago em forma de cereais, vestuários e equipamentos bélicos para o abastecimento do Exército. Enquanto que, no período do Principado, os soldados recebiam seus soldos em dinheiro – após as deduções de gastos com vestuário, equipamentos e alimentação. Durante o século IV d.C., o soldo passa a ser pago praticamente em forma de trigo, carne, azeite, vinho, equipamentos e vestes. Esses seriam os traços fundamentais que distinguiriam o suprimento militar entre Principado e Dominato.

O sistema de taxas gerado para abastecer de produtos consumíveis às tropas ficou conhecido como *Annona Militaris* desde o final século III d.C. Coube ao Imperador Tetrarca Diocleciano, no momento em que fez uma grande reforma no sistema fiscal do Império Romano, acrescentar o termo *Militaris* ao vocábulo *Annona*, termo, igualmente, utilizado como referência ao suprimento de grãos à população de Roma e Constantinopla (nessa a partir de 330 d.C).

Conforme A. D. Lee²² eram o Prefeito do Pretório e seus subordinados os encarregados pela quantidade do armazenamento de cereais nos celeiros, bem como da coleta desses víveres junto às cidades de sua jurisdição. Entendem-se como subordinados do Prefeito do Pretório o conjunto de administradores municipais: os Curiais e os Decuriões, os quais constituíam a elite local das cidades que formavam as províncias.

Os membros das Cúrias eram responsáveis, também, pelo transporte dos víveres até o local onde as tropas em campanha encontravam-se alojadas. Jean-Michel Carrié²³, como também Lee²⁴, utilizam-se da leitura de Fritz Mitthof²⁵ para afirmar

²¹VEGETIUS, 3. In VÉGÉCE. Les Institutions Militaires. In: NISARD, M. (org.). *Ammien Marcellin, Jornandes, Frontin, Végèce, Modestus*. Paris: Firmin didot Frères, 1869

²²LEE, A.D. War in late antiquity. USA: John Wiley Professio, 2007, p.345.

²³CARRIÉ, Jean-Michel. Armée Romaine Tardive dans quelques travaux récents. 3e Partie. Fournitures Militaires, Recrutament et Archéologie des fortifications. *Antiquité Tardive* 10, 2002, p.427.

²⁴LEE, A.D. *War in late antiquity*. USA: John Wiley Professio, 2007, p.86-87.

²⁵MITTHOF, Fritz. '*Annona militaris*': Die Heeresversorgung im spätantiken Ägypten. Ein Beitrag zur Verwaltungs- und Heeresgeschichte des römischen Reiches im 3. bis 6. Jh. n. Chr. (Papyrologica Florentina, 32), Florence, Edizioni Gonelli, 2001. 2 vol., XVII.

que estrategicamente as autoridades poderiam providenciar suprimentos junto às províncias mais próximas dos aquartelamentos militares.

Destaco que foi a partir das informações desses estudos e dos testemunhos de Amiano Marcelino que vinculamos esse material a uma importante particularidade do arco cronológico da Antiguidade Tardia: a existência do cargo de *Protectores Domestici*. Esse cargo foi ocupado por Amiano Marcelino durante os governos de Constâncio II e Juliano. O cargo indicava que sua origem era de família tradicional romana e que era de confiança do Imperador. Tal posto nos remete à idéia de que o autor era responsável pelo abastecimento das tropas militares tendo contato, para tanto, com governadores de províncias e diversos decuriões das cidades do Império Romano.

No tocante ao abastecimento propriamente dito, é no Livro 23, 3 que Amiano Marcelino mostra a preocupação de Juliano com o abastecimento de suas tropas no Oriente:

Depois de ter lidado com alguns problemas graves, Juliano organizou suas tropas em fileiras e suprimentos de todos os tipos quando ele recebeu uma notícia de seus subordinados, que se apresentavam de forma ofegante e preocupada [...].²⁶

A respeito da dieta do soldado romano, Peter Kehne²⁷ comenta que o estado providenciava para os seus soldados as necessidades básicas, em outras palavras, água e alimentação. Os soldados cozinhavam o trigo com sal e azeite e faziam com este ingrediente uma espécie de mingau, pão e biscoito. Além do trigo, outros alimentos integravam sua dieta alimentar, tais como: vinho, vinagre, grãos e verduras. Em comemorações festivas, os soldados obtinham uma dieta especial e rações extras, tais como: carne de boi e de porco, bem como condimento de peixe, o *garo*.

No tocante aos armamentos, ressalto que, pelo fato de Juliano ter iniciado sua carreira militar como general no período de Constâncio II, deparou-se com bárbaros e romanos guerreando lado a lado; o que me leva a crer, que houve uma confluência cultural bélica entre esses povos. Assim, destaca-se a importância dos equipamentos para a imagem do exército, seja ela interna, pela diferenciação existente nas armas das diversas patentes, quanto externa, visto que cada povo elaborava seu arsenal bélico com técnicas diversas. Creio que a concepção e práticas de Juliano em relação a esse hibridismo no Exército Romano estavam vinculados a sua noção de negociação e fronteiras entre esses romanos e bárbaros auxiliares.

Dentro dessa tradição, Amiano faz honras a Juliano pelas suas qualidades como homem de Estado, fundamentalmente, por ter sido um grande chefe militar: "O

²⁶ AMIANO MARCELINO, XXIII, 3.

²⁷ KEHNE, Peter. War and Peacetime Logistics: Supplying Imperial Armies in East and West. In ERDKAMP, Paul. *A Companion to the Roman Army*. 2007, p.130. Ressaltamos que Kehne, por sua vez, se inspirou no artigo R. W. Davies, intitulado *The Roman Military Diet* de 1971.

bom soberano é, sobretudo, admirado pelo seu conhecimento sobre a ciência das armas, espírito de liderança sobre as tropas, boas empresas e generosidade."²⁸

Ainda sobre equipamentos e armamentos e, fazendo um elo com o excerto supracitado, citamos trechos do capítulo intitulado *Das armas que os antigos usavam de Vegécio*, no qual o autor discute e condena o desapego às tradições bélicas romanas:

Desde a fundação da Cidade até aos tempos do divino Graciano, armou-se a nossa infantaria com couraça e capacete, mas ao apoderar-se o desleixo e o descuido das tropas, estas abandonaram os treinos militares. Começaram a sentir o peso das armas e traze-las poucas vezes; começaram a pedir ao Imperador que os dispensasse das cotas de malha²⁹, e depois dos capacetes. Com o peitoral e as cabeças assim descobertos, os nossos soldados foram destroçados nos combates com os Godos, pelos seus numerosos arqueiros. Mesmo perante tão infelizes acontecimentos, causa da pilhagem de muitas cidades, não houve quem pensasse em devolver as cotas e capacetes à infantaria³⁰.

Levando em consideração as afirmações acima, acredito que se pode definir o conceito de estratégia como uma arte militar de planejar e executar movimentos e operações de tropas de infantaria e cavalaria, visando a alcance ou a mudança de posições relativas e potenciais bélicos favoráveis a futuras ações táticas territoriais e, conseqüentemente, de âmbito político. Ao mesmo tempo, pode-se definir estratégia como uma arte militar onde se deve escolher o local, o período e com quais armas travar um combate com o inimigo, almejando dessa maneira seus fins específicos; para tamanho alcance deve haver as presenças marcantes de bons chefes militares. Um excelente exemplo a respeito do tema é a Carta 10, enviada ao Vicário da Bretanha, na qual Juliano lança a mão de uma estratégia geográfica durante a batalha contra Francos e Alamanos:

Encontrava-me já restabelecido de minha enfermidade quando me enviaste teu trabalho geográfico. Foi com prazer que recebi o teu mapa [...]. Sobre a administração dos assuntos, alegro-me em ver que tu te esforças em realizar tudo com energia³¹.

Destaco que a composição estratégica não se resumia somente a um exército numeroso, bem equipado, organizado, disciplinado e bem treinado, mas também, a um plano logístico bem definido.

Entendo como infraestrutura logística, o sistema de abastecimento militar romano, no qual comportava a construção e manutenção de estradas, pontes, portos,

²⁸ AMIANO MARCELINO, XXIV, 4.

²⁹ Nota do tradutor: No Império tardio, a armadura composta por elementos fixos e articulados (*lorica segmentata*) caiu em desuso, tendo-se generalizado a utilização de cotas de malha.

³⁰ VEGECIO, I, 20.

³¹ JULIANO, Carta 10, escrita na Gália.

navios e depósitos para alimentos sem conhecimento do inimigo. Isso significa que tal sistema tinha que se apresentar muito flexível, pois variava de acordo com as circunstâncias da guerra. Não é possível, portanto, falar em regras definidas para o transporte de víveres bem como as formas de pagamento da *Anonna Militaris*.

Mais uma vez acrescento que a logística está inserida no conceito de estratégia, pois fazia parte das táticas de guerra ou confiscar os víveres das tropas inimigas, ou ainda impossibilitar o acesso do inimigo ao seu abastecimento.

Nesse sentido, é importante detectar tal conceito dentro dos parâmetros do desenvolvimento histórico militar do próprio século IV d.C. que, como se sabe, é um período postulado por um leque de transformações de grande abrangência que termina por redefinir os valores da unidade político-imperial romana.

Quanto as formas de recrutamento, Carrié³², ao verificar as documentações fiscais e jurídicas do século IV d.C., percebe que as formas de recrutamento nesse século foram muito originais, pois não se comparam às existentes nos séculos anteriores e, nem mesmo no século V d.C. O historiador francês utilizou em sua análise documentos de caráter papirológicos e os códigos legislativos.

Há um esforço no século IV d.C., inclusive no período de Juliano, para se manter um recrutamento hereditário, porém, devido as próprias transformações ocorridas no interior do exército, era impossível manter essa força armada sem as chamadas tropas auxiliares, isto é, tropas estrangeiras. Haja vista as leis julianinas sobre a questão do recrutamento, a saber: Cth. XI, 23, 2; Cth XII, 1, 52; Cth. VI, 26, 1; Cth. XII, 1, 56. A título de exemplificação:

Cth. VI, 26,1

Do Imperador Juliano Augusto ao Prefeito do Pretório Segundo
O serviço militar é de capital importância para o Estado; em segundo lugar, o ornato da paz reside na salvaguarda das letras. Daí que, sopesando os merecimentos de nossa administração, concedemo-lhes um segundo posto nos privilégios para todos os que trabalharam durante quinze anos nos serviços oficiais de informes e na preparação de cartas e escritos, ainda que tenha procedido e ascendido de um pai, avô ou outros antepassados Decuriões, a fim de que se vejam livres de toda essa obrigação e não sejam chamados para servir à Cúria.

Com essa lei ressaltou que a associação feita por Juliano entre filosofia e arte militar, mesmo que de forma indireta, está no rol das necessidades do Estado Romano. O caminho para a paz, objetivo de qualquer guerra, era o conhecimento dos conceitos básicos da filosofia neoplâtonica aliado às técnicas bélicas pactuando com o recrutamento necessário.

³²CARRIÉ, Jean-Michel. Armée Romaine Tardive dans quelques travaux récents. 3e Partie. Fournitures Militaires, Recrutement et Archéologie des fortifications. *Antiquité Tardive* 10, 2002, p.372.

Tanto Amiano Marcelino quanto outros historiadores militares de sua época estavam bastante preocupados com a manutenção do *limes* e com a sobrevivência daqueles que formavam o Exército Romano.

Sobre esse assunto é possível perceber que autores como Amiano Marcelino e o próprio Juliano se referem aos estrangeiros de duas maneiras: ou como bárbaros silvícolas ou como membros fundamentais na estratégia bélica.

Dessa maneira, cito a passagem XVI, 12, 43-44, na qual Amiano relata a luta de Juliano *Caesar* contra os alamanos e sua classificação perante os mesmos: aqueles que seriam considerados como silvícolas, não aproveitáveis para o Exército Romano e os recrutáveis, isto é, aqueles que aceitavam as trocas oferecidas pelo *Caesar*, incluindo a *annona* militar e a solidariedade entre os componentes do Exército Romano.

Outro exemplo a ser considerado é o da passagem XXI, 8,1 onde Amiano demonstra que o general bárbaro Nevitta era o braço direito do Príncipe Juliano ocupando o cargo de *Magister Militum*, cargo este hierarquicamente acima dos *auxilia*.

Essa categoria militar, as *auxilia*, tratava-se de unidades militares especialmente compostas por bárbaros. Tornou-se crescente e permanente com o passar do tempo, sendo muito comum no período em questão. Funcionavam como uma força complementar fundamental na formação das legiões romanas. Sendo assim, ocorria com frequência a integração de novas táticas de guerra nesse corpo militar.

Subjacente a leitura de Amiano Marcelino percebe-se que esse corpo militar formado por romanos e seus *auxilia* também aprenderam novas táticas de guerra ao lidar com aqueles que seriam considerados bárbaros inimigos. Vide passagem XVI, 12, 45 na qual Amiano relata, durante a batalha de Estrasburgo, o confronto de duas legiões romanas, incluindo seus auxiliares, contra um exército de inimigos francos. Constatou-se assim, a introdução de técnicas de arqueiros com o recrutamento de forças aliadas³³.

Dessa relação construída entre o Imperador Juliano e o general bárbaro Nevitta constato um dos preceitos mais importantes da filosofia neoplâtonica que se emprega de forma favorável à orquestração do Exército Romano: a amizade; conceito que deve ser associado a outros vocábulos empregados no decorrer dos próprios discursos e cartas de Juliano, apontadas por mim nessa investigação: benevolência, filantropia, generosidade, liderança, solidariedade e sabedoria.

Comentários conclusivos

Diante do exposto, posso afirmar que, embora a historiografia sobre o Imperador Juliano seja abundante, ainda não encontrei nenhum historiador que tratasse o tema das batalhas do Imperador Juliano enfocando logística e recrutamento militar enquanto Juliano era *César* e Imperador, muito menos quem se aprofundasse na ideo-

³³ ADKINS, L.; ADKINS, R: *Handbook to life in Ancient Rome*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1994.

logia político-filosófica e militar daquele imperador de uma forma conjugada. Além disso, a historiografia trata de uma forma muito bipolarizada o Juliano vitorioso na Gália e o Juliano derrotado na batalha contra os Persas. Tenho a intenção de continuar realizando a comparação desses dois momentos de Juliano, de forma que se possa constatar de um modo renovado as ações bélicas desse chefe militar sendo influenciadas pelas práticas culturais contidas no século IV d.C., ou seja, de sua política-filosófica.

* * *

Agradecimento

Agradeço ao meu supervisor da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Prof. Dr. Jean-Michel Carrié pela troca contínua de conhecimento sobre a Antiguidade Tardia. Ao Prof. Dr. Marcus Silva da Cruz pelo convite feito à publicação desse artigo. Às doutorandas Natália Frazão José e Helena Amália Papa pela revisão técnica desse artigo.

Autora convidada, artigo recebido em 19 de junho de 2013.